



POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE: UM OLHAR SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EM UM DISTRITO SANITÁRIO DA CIDADE DE GOIÂNIA

Jackeline Dias Sintra¹

Ricardo Lira de Rezende Neves²

Rozany Cristina de Souza Melo³

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Saúde; Educação Física; Distrito Sanitário.

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS), criado em 1988 pela Constituição Federal Brasileira, com o objetivo de proporcionar a população do país acesso universal e igualitário aos serviços de saúde foi regulamentado pelas Leis n. 8.080/90 (BRASIL, 1990) e n. 8.142/90 (BRASIL, 1990). Esta lei prevê em sua base a criação dos Distritos Sanitários (DS). Estes são resultados do processo de descentralização como proposta política-administrativa do SUS. Representam regiões administrativas hierarquizadas e são responsáveis pela garantia, monitoria e avaliação da saúde de uma população (BRASIL, 1986). Representam a tentativa de efetivação de um sistema único de saúde capaz de buscar maior eficiência de resolutividade das ações previstas nos programas da Atenção Básica.

A proposta de criação dos Distritos busca redirecionar e modificar a forma de organização e o conteúdo das ações e serviços de saúde, de modo a responder as demandas da população, atender as necessidades de saúde e contribuir para a resolução dos problemas de saúde enfrentados pela população que vive, trabalha no espaço territorial e social do Distrito Sanitário (BRASIL, 1990).

O trabalho no Distrito Sanitário envolve um processo de criação de Políticas Públicas (PP). Gestão e PP se entrelaçam e podem ser entendidas como resultantes das atividades políticas, geralmente, compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à “alocação imperativa de valores” na busca de resolver problemas sociais. Representa o Estado em ação. As PP envolvem: percepção dos problemas (e sua inserção na agenda de governo); formulação das propostas (o que fazer, como fazer, quem participa, quanto custa, que resultados se espera); legalização e implementação própria da ação (normas e ações); fiscalização e monitoria; avaliação e seguimento (MAGALHÃES, 2005)

As aproximações entre a educação física e as políticas públicas de saúde são recentes. Esta área do conhecimento vem conquistando seu espaço, não só na área da saúde, mas recentemente, na área da Saúde Pública e na gestão dos distritos sanitários, o que foi impulsionado, também, pela Resolução n. 218, de 06 de março de 1997, instituída pelo Conselho Nacional de Saúde, a qual insere a Educação Física no rol das profissões da Saúde (BRASIL, 1997)

Assim, integrar áreas de conhecimento como a Educação Física e a Saúde Pública, de forma interdisciplinar, significa estar presente nas principais instâncias e fóruns de discussão e pesquisa em saúde, que se concretizam na elaboração e implementação de planos e políticas públicas dirigidos para a melhoria das condições de vida da população (CARVALHO, 2007).

Os Distritos Sanitários representam espaços de “subsecretarias” em que as políticas públicas são efetivadas com ações que podem contribuir para o alcance dos princípios do trabalho coletivo.

Diante do exposto este artigo tem como objetivo relatar as experiências multidisciplinares desenvolvidas em um Distrito Sanitário (DS) da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Goiânia, especificamente buscou-se analisar as potencialidades e as dificuldades encontradas na experiência de intervenção a partir da gestão e organização do trabalho multiprofissional.

PROCEDIMENTOS

Na sede do Distrito Sanitário ocorreu o acompanhamento e a realização de atividades administrativas, tais como: levantamento de materiais e demandas dos projetos desenvolvidos; levantamento dos grupos de educação em saúde existente nas Unidades de Saúde do território de abrangência do Distrito; agendamento de atividades e visitas técnicas; criação e estruturação de um projeto de ginástica laboral para os servidores do local; estruturação de um de capacitação para professores de escolas e profissionais das unidades de saúde, com o objetivo desenvolver atividades que aproximem o trabalho de Saúde e Educação. O trabalho desenvolvido teve ênfase nas ações dos projetos e atividades administrativas e de gestão do DS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o período de realização da experiência durante o ano de 2011 foram levantadas algumas questões problematizadoras. A principal foi a troca de profissionais o que causou dificuldades em delimitar as atribuições referentes à cada uma das profissões envolvidas. Por mais que a organização do trabalho seja multiprofissional, existem atribuições específicas que cada área deve assumir. Esta problemática, geralmente, aparece na implementação de uma política pública. Pode provocar “descontinuidade político-administrativa, que é muito comum após os pleitos que são trocados os titulares dos cargos eletivos por novos mandatários, havendo um desinteresse na continuidade das políticas propostas pela gestão anterior (MAGALHÃES, 2005).

No que se refere à educação física a troca resultou em conflitos. O antigo professor entendia melhor a necessidade do trabalho multiprofissional enquanto o novo procurava focar nas especificidades da educação física (acompanhamento e orientações das atividades dos professores das Unidades de Saúde).

Entende-se que o “Curso Promotores de Educação e Saúde” representa um marco na construção de políticas públicas intersetoriais, primeiro por proporcionar integração de profissionais de diversas subáreas da Saúde e Educação. Percebe-se que apesar dos avanços no trabalho coletivo, a proposta ainda foi construída em discussões que não contavam com todas as áreas do conhecimento que compõe a organização do trabalho no DS.

Foram encontradas dificuldades na execução do trabalho específico do professor de educação física no DS. O corte de gastos com combustível fez com que as visitas técnicas de acompanhamento dos projetos e das atividades descentralizadas no território fossem diminuídas, em algumas situações o profissional precisou arranjar meios próprios para a realização do seu serviço. Tudo isso dificulta o trabalho porque para colocar uma política pública de educação física em ação.

Desta forma, o professor de educação física do DS não consegue dar suporte às práticas corporais desenvolvidas nas unidades de saúde. Assim, observa-se que no contexto atual há um déficit de professores de educação física para atuar nos grupos de educação em

saúde das unidades. Espera-se que a gestão municipal realize concurso na área da saúde contemplando esse cargo.

A experiência serviu para entender sobre políticas públicas, sua organização e questões prioritárias, bem como o jogo de poder envolvido neste processo. É importante entender que o espaço da educação física na saúde pública precisa ser conquistado a partir das próprias experiências desenvolvidas no campo e não somente através de Leis, Resoluções e Portarias. O processo de gestão e políticas públicas em educação física e saúde, a priori, ainda é uma tarefa a ser iniciada em Goiânia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *Lei nº 8142*, de 28 de dezembro de 1990. Brasília, 1990. Disponível em:<<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei8142.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Lei n. 8.080*, de 19 de setembro de 1990. Brasília, 1990. Disponível em:<<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>>. Acesso em 19 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 218*, de 06 de março de 1997. Brasília, 1997. Disponível em:<<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/1997/Reso218.doc>> Acesso em: 27 nov. 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *Para entender a gestão do SUS*. Brasília: CONASS, 2003. 248 p. Disponível em:<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/para_entender_gestao.pdf> Acesso em: 07 dez. 2011

CARVALHO, Y. M. Educação Física e Saúde Coletiva: Uma Introdução. In: LUZ, M. T. *Novos Saberes e Praticas em Saúde Coletiva: Estudos Sobre Racionalidades Médicas e Atividades Corporais*. 3 ed. São Paulo, Hucitec, 2007.

MAGALHÃES, J. A. F. Políticas Públicas: enfoque sistêmico, atores, arenas, processos, processo decisório e problemas da implementação. In: MAGALHÃES, J. A. F. *Ciência Política*. Brasília. Vestcon, 2005.

MENDES, E. V. (Org.). *Distrito sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde*. 4. ed. São Paulo. Hucitec. Rio de Janeiro, Abrasco, 1999.

¹ Acadêmica de Educação Física, Faculdade de Educação Física/Universidade Federal de Goiás, jackeline.sintra@gmail.com.

² Professor de Educação Física, Faculdade de Educação Física/Universidade Federal de Goiás, rlrneves@gmail.com.

³ Acadêmica de Educação Física, Faculdade de Educação Física/Universidade Federal de Goiás, rozanycristina@hotmail.com.